

UM BRASIL SÓ E UM HERÓI SÓ¹

“(…) *their deathless attachment to freedom (...) the air they have of persons who never knew how it felt to stand in the presence of superiors ... the President's taking off his hat to them not they to him ... The President is up there for you ... it is not you who are here for him ... The Secretaries act in their bureaus for you ... not you here for them ... The Congress convenes ... for you ... Law, courts, the forming of states... are all for you (...)*” (WHITMAN, Walt, in “*Leaves of Grass*”, the Original 1855 Edition, NY, Dover Publications, 2007, pp. 4, 72 e 73)

“Todas as revoluções modernas resultaram num fortalecimento do Estado (...)” (CAMUS, Albert, “O Homem Revoltado”, RJ: Record, 2011, p. 208).

Bruno Di Marino²

A história galopa um unicórnio diante dos nossos olhos. Estará em curso uma revolução global nos usos e costumes? Nada, dizem os gurus, será como antes. O que será, no entanto, não se sabe. Futurologias são passatempos. Não se explica o inexplicável – a vida³ e o homem⁴; não se controla o incontrolável – o pensamento; e, sobretudo, não se elimina o ineliminável – a ignorância. Muda o conhecimento, muda a compreensão do real. Que homem seria esse, se navegasse em buracos negros? Até aí vai a relatividade de Einstein. Até o dia em que se descobrir um atalho.

Tudo, é claro, é especulativo e nada prova, a não ser (i) que a história não acaba – e, no dia em que acabar, não haverá, é certo, último homem para contá-la; (ii) que não é possível aferrar-se a profecias do tempo da máquina a vapor; e (iii) que nada é garantido. Se a democracia constitucional e os direitos humanos são, no campo das liberdades, o que, até aqui, de mais consistente se elaborou, não é certo que serão proclamados por todos, nem que serão preservados onde são proclamados, nem que serão respeitados onde são preservados. Ninguém está imune a surtos de histerias irracionais, a nacionalismos psicóticos e manifestações esotéricas do *Espírito do Tempo*, a historicismos homicidas e a outras tantas sandices e *astúcias da razão* que entortam a cabeça e provocam avarias irreversíveis. A única lei que a história chancela é a de que, olhando para trás, tudo poderia ter sido diferente. E o único critério válido é o critério (humano) do *trial and error*: filtra-se o que presta do que não presta. Esse é o ônus de ser livre. E se o jogo se ganha no meio de campo, que a Europa – o meio de campo do mundo – desempenhe um lúcido papel no porvir. São caliginosas suas sombras do passado. Mas é ali também que se empreende a alvissareira experiência cosmopolita mais próxima daquilo que Kant vislumbrou como um projeto para a paz mundial.

¹ O título é extraído de trecho de carta de Mário de Andrade a Sousa da Silveira, na qual explica o sentido de Macunaíma, nosso poema de unidade nacional (“Macunaíma – o herói sem nenhum caráter”, RJ, Nova Fronteira, 2013).

² Advogado.

³ “*Ever the old inexplicable query*”; WHITMAN, Walt, in “*Leaves of Grass*”, the Original 1855 Edition, NY, Dover, 2007, p. 58.

⁴ “*What is a man anyhow?*”; WHITMAN, Walt, in “*Leaves of Grass*”, the Original 1855 Edition, NY, Dover, 2007, p. 67.

Nada será o mesmo. Sim, mas talvez alhures. Entre nós, tudo será pior do que antes. Não é ser mau profeta aqui – oxalá fosse bom, então eu erraria tudo. É que, se as últimas revoluções levaram ao fortalecimento do Estado – e, se se olhar bem, até a independência norte-americana levou à União –, então tudo de que realmente não precisamos agora é de uma nova. Já temos a nossa Weimar tupiniquim a voar em céu de brigadeiro; já temos muito bem aparelhado o nosso *neo constitucionalismo principista-master-blaster-ultra-mega-power* – a quintessência do discurso reacionário; já temos, enfim, a nossa Constituição 1984 de 1988, a Constituição holística, dirigente, absorvente, que tudo inocula, tudo monitora, tudo submete: família, ciência, propriedade, economia e cultura; a Carta que nos torna a todos clientes do Estado – daí o estado da arte das nossas artes...

Pulverizada a ideologia de velhas e emboloradas tábuas, o que, no rescaldo, restou da Constituição carismática? De todos os contínuos expurgos de seus excessos de anacronismos congênitos empreendidos ao longo desses mais de 30 anos, com mais de 100 emendas, o que ficou? Sobrou a nua propriedade do poder e sua narrativa geral, válida por si mesma, como síntese suprema de todas as antíteses; sobrou o seu instrumental teórico de presunções e primazias e privilégios; e sobrou a velha desigualdade oficial (lugar comum de todo Estado forte). Na Granja dos Bichos, uns são mais iguais do que os outros. E se viver é muito perigoso, uns vivem essa aventura cercados de garantias e regalias,⁵ e outros, de garantias e regalias nenhuma; ou pior, ficam à mercê de oscilantes interpretações de ocasião das leis. É claro que a pandemia não altera esse quadro. Antes, o recrudesc(u). Para o Poder Público, pandemia é parúsia; hora de lucrativas compras emergenciais; de rever e reajustar benefícios; de não pagar o que já não era pago (dívidas públicas, precatórios, etc.); de se evadir de responsabilidades; de varrer, enfim, obrigações presentes, pretéritas e futuras.

Uma contra-revolução, isso seria necessário. Ou a genuína revolução: a emancipação do indivíduo, despertado da sua lúdica infância. Mas o indivíduo, entre nós, é uma bagatela derrisória diluída nas engrenagens da Constituição total – onde a liberdade cede ao poder. A Constituição Babilônica viola duas leis inapeláveis: a de que o poder deve ser limitado e a de que o poder não pode ser edulcorado. Porque poder não nega poder, nem devolve poder; poder chupa poder e quer mais poder, não importa onde.⁶ E tudo constitucionalizar – todas as relações espontâneas de troca e persuasão –, é tudo submeter ao Estado. Mas isso não é democracia, é *democratismo* de Big Brother; é democracia do poder público, não é democracia da liberdade; é amputação da consciência individual, que leva ao respeito do outro; é embotamento da vitalidade de autodeterminação, que leva ao impulso criativo de agir. Liberdade é o fim,⁷ uma planta que cresce espontânea, anterior a qualquer

⁵ <https://www.mises.org.br/article/2814/como-os-funcionarios-publicos-se-tornaram-uma-casta-privilegiada-e-quase-intocavel>

⁶ “... To reign is worth ambition, though in hell: better to reign in hell than serve in heaven” MILTON, John, in “Paradise Lost”, SP, Editora 34, 2015, I, 262/263, p. 54.

⁷ “(...) Liberty is not a means to a higher political end. It is itself the highest political end. It is not for the sake of a good public administration that it is required, but for security in the pursuit of the highest objects of civil Society, and of private life... Whenever a single definite object is made the supreme end of the State, be it the advantage of a class, the safety or the power of the country, the

proclamação; e democracia é o meio. Se a equação se quebra, ou é escamoteada, e se o Poder Público, no final do dia, deve dizer como tudo deve ser, então, na prática, o oficialismo é inflado, e sobra muito pouco para o indivíduo.⁸ A política cresce, a sociedade decresce. Mas a política não é tudo; ela não abarca o mundo da vida. Quando tudo se torna político, quando tudo passa pelo poder, quando tudo tem o carimbo do Estado, a vida enreda-se em circuitos viciados de absolutismos, a ganharem corpo a cada pequena violação; o poder, então, passa a não ter mais governo, porque já não conhece e já não vê mais limites; ou passa a ser um jogo de queda de braço entres autoridades; a própria Justiça assume o compromisso de ser absoluta; e sabemos que o absoluto sempre se resolve em critérios pessoais de moralidade. Então o Poder Judiciário, que avocou a si a condição de falar por último, age *freewheeling - the living law above all restraints*; e princípios acadêmicos são o instrumental teórico para o seu criacionismo; como advertia Justice Scalia, “*mere springboards for judicial lawmaking*”.⁹ Então a carroça não anda; então a roda da vida não gira; então as relações se retraem; então tudo fica retido nas teias burocráticas de controle. Os sábios sabem o que é melhor; eles acedem à essência das coisas; detêm as chaves do mundo das ideias. E a politização de tudo é um modo de não perderem o controle de tudo. Assim tentam justificar-se a si e às suas intervenções nas mínimas franjas do mundo da vida. Mas, na verdade, não há nada mais antidemocrático do que essa arrogante presunção.

Basta consultar a jurisprudência que se formou em torno do verbete da súmula 636 do STF, recentemente ratificada e ampliada pelo tema 660 do STF.¹⁰ Garantias fundamentais (legalidade, devido processo legal, contraditório, ampla defesa, limites da coisa julgada, ato jurídico perfeito, irretroatividade da lei, v.g.) não são questões constitucionais, são questões reflexas, o que significa dizer: normas de grau inferior, produzidas diariamente na nossa fantástica e febril fábrica acadêmica de princípios, valem mais do que garantias individuais, que são cláusulas de barreira contra o Estado. Garantias fundamentais só recobram algum valor, no STF, em julgamentos abstratos, e midiáticos, isto é, no âmbito da Justiça corporativo-sindicalizada. Esse paradoxo da jurisprudência apenas reflete o que somos e onde estamos: (mal) parados (no tempo) na liberdade dos antigos. Brasília é a capital

greatest happiness of the number, or the support of any speculative idea, the State becomes for the time inevitably absolute. Liberty alone demands for its realization the limitation of the public authority, for liberty is the only object which benefits all alike, and provokes no sincere opposition (...) (LORD ACTON, John Emerich Edward Dalberg, in “The History of Freedom”, Oxford, Classics, 1907, p. 39 e 262).

⁸ “(...) *Indeed the more numerous public instrumentalities become, the more is there generated in citizens the notion that everything is to be done for them, and nothing by them. Each generation is made less familiar with the attainment of desired ends by individual actions or private combinations, and more familiar with the attainment of them by government agencies (...)* Moreover, every additional State-interference strengthens the tacit assumption that it is the duty of the State to deal with all evils and secure all benefits. Increasing power of a growing administrative organization is accompanied by decreasing power of the rest of the Society to resist its further growth and control (...) We do not see that ... the vital conditions to life, individual and social, come to be so imperfectly fulfilled that the life decays (...)” (SPENCER, Herbert, in “The man versus State”, London, Williams & Norgate, 1902, pp. 30, 34 e 106).

⁹ SCALIA, Antonin, in “A matter of interpretation”, New Jersey, Princeton, 2018, p. 25.

¹⁰ Tema nº 660 do STF, Min. Gilmar Mendes, *Leading Case*: ARE 748371/MT, j. 7.6.2013; STF, ARE 1.185.632 ED-AgR, 2ª T., Min. Edson Fachin, j. 11.5.2020; STF, ARE 1250981 AgR, Tribunal Pleno, Min. Relator Dias Toffoli, j. 4.5.2020; STF, ARE 1.251.761 AgR, 1ª T., Min. Rosa Weber, j. 13.3.2020; STF, RE 1.216.906 AgR, 2ª T., Min. Ricardo Lewandowski, j. 3.3.2020; STF, RE 589.655 AgR, Min. Alexandre de Moraes, 1ª T., j. 10.8.2018; STF, ARE 981047 AgR, 1ª T., Min. Luiz Fux, j. 1.9.2017; STF, AI 671865 AgR, 1ª T., Min. Marco Aurélio, j. 14.3.2017; STF, ARE 936.653 AgR, 1ª T., Min. Roberto Barroso, j. 24.5.2016; STF, ARE 815.126 AgR, 2ª T., Min. Carmem Lucia, j. 24.6.2014.

do *Ancien Régime*. Somos escassos e rasos de modernidade, num déficit medieval. Jactamo-nos do nosso *tribalismo-corporativista-culturalista* – pois, escondidos na massa, não precisamos assumir responsabilidades. De um estranho coletivismo, no entanto, o *do-cada-um-por-si* e vence quem for mais esperto ou mais forte. Na hora da crise, todos correm para não pagar. E o exemplo vem de cima.

O fato é que, se não for do indivíduo, pelo indivíduo, e para o indivíduo, se não for uma garantia deste contra o Estado, para que o Estado não o esmague, então a democracia não é nada. Se federação não for efetiva técnica de limitação de poder; se separação de poderes não significar que cada poder deve agir escrupulosamente dentro de suas esferas de atribuições; se repartição de competências não for garantia contra usurpações arbitrárias; se irretroatividade das leis não for uma segurança contra arroubos do alcaide ou de demiurgos de plantão; se o ato jurídico perfeito não for uma certeza contra a paixão cega de autoridades; se devido processo legal não for artigo de fé sagrado de que ninguém será privado da vida, liberdade ou de sua propriedade sem um julgamento justo, com todas as liturgias asseguradas à defesa e ao amplo contraditório, então democracia será apenas mero palavrório escolástico e barroco, e não haverá Estado de Direito. Essas, não obstante, são as violações a que assistimos, sem cerimônia, diariamente. Democracia é um corte de maioria entre poder e liberdade. Um *até-aí, sim!, depois-daí, não!* Ao homem, o que é do homem; a César, o que é de César. Mas ainda estamos muito longes de elaborar essa separação; ainda estamos muito longes de cozinhar em fogo baixo dentro do caldeirão das vísceras o grito de Prometeu contra os aparatos do absoluto. Esse é o nosso drama; essa, a nossa paralisia social. Somos da tradição do *status*; reverenciamos a hierarquia, num apreço e devoção quase religiosos por narrativas que vêm de cima; acordos e diálogos gozam de pouco crédito; antes, geram desconfiança. Queremos autoridades; de preferência, queremos ser autoridades. Não nos entendemos nem mesmo nos calçadões; os patinetes, em sua efêmera duração, terminaram por falta de regulamentação... um sintoma crasso, e crônico, a partir de singelo exemplo, da nossa imaturidade civilizatória. Como esperar coordenação e lucidez federativa em tempos de paz ou crise? Os representantes não vêm de Marte.

Otto Mayer tinha razão. A questão é mais funda. Não reside no topo da pirâmide, mas na base. Constituições, afinal, passam, como várias já passaram. Mas o Direito Administrativo fica, isto é, o direito do poder, da relação autoridade x indivíduo. E o nosso ainda é *bourbônico-napoleônico*, como *bourbônica-napoleônica* é a interpretação do direito. Até na questão de honorários de sucumbência, a última onda do momento... procuradores do Poder Público não precisam de clientes; eles já têm, de modo permanente, o maior cliente da Justiça. Ao Estado, no entanto, lautos honorários a seus fundos misteriosos, para lautas partilhas futuras; aos advogados, honorários por equidade... O indivíduo vale pouco porque, *in terrae brasilis*, o interesse público vale mais. Sua primazia, suas presunções de legitimidade, suas indisponibilidades, suas regalias e seus *não-me-tocarás*... tudo são falácias de estado fabricadas que mal admitem refutação e entronizam o

fundamento da autoridade. E nós nos perpetuamos sob sua égide; nascemos assim; crescemos assim; estudamos assim; reproduzimos o modelo assim. Daí a perda – que perda? que não se perde o que não se tem! –, daí o embotamento e o desestímulo à expansão da capacidade mental de *fazer-por-si*; daí a amputação no corpo e na alma da habilidade de *construir-por-si*; daí o hábito passivo e bovino de transferir e delegar e admitir ser tratado como rebanho; daí a Constituição de 1988, a Constituição Pública: todos pendurados nela; gerações e gerações nas barbas do Estado.

Mas o público é o impessoal, o ambiente das máscaras. E o público não faz um país, porque o Estado não sustenta um país; a sociedade sustenta o Estado; o Estado falha e o Estado falhou, crassamente, entre nós, nas contraprestações sociais mais elementares (“POUCA SAÚDE, MUITA SAÚDE...”)¹¹ Já não o fazia antes, por décadas, como poderia fazê-lo, agora, na pandemia? Não havia esparadrapos nos hospitais, como poderia haver respiradores? Não havia saneamento básico, como gozar de alta imunidade? A pandemia expôs todas as nossas chagas abertas. Condenada à idade das trevas, a sociedade fica no chão, desamparada e à deriva. Uma sociedade sem vida própria; que não sabe caminhar por conta própria; que não funciona por conta própria; e que apostou todas suas fichas numa canoa furada. E o cafarnaum favorece ao Poder Público. O saldo do pandemônio lhe será positivo. O momento propício para aumento de tributos, para a implementação de novos tributos (com o desengavetamento do confiscatório imposto sobre grandes fortunas), e para transferir à iniciativa privada o ônus da sua ineficiência com a imposição de gratuidades – nos setores de telefonia, energia elétrica e saúde complementar, v.g. – e redução unilateral de preços – na educação privada. O fundo partidário, sustento da ciranda, é intangível. Por que, assim, tão gratuitamente, e tão passivamente, entregamos tudo? A exclusão da sociedade em relação ao regime anterior não explica o fenômeno. Se explica, explica pouco; a história do futuro está escrita no passado. E essa dependência endêmica em relação ao Estado é uma história de submissão mais antiga, de origens mais arraigadas.

A vida imita a arte, e não o contrário. O grande artista sabe disso. O político pode, sob o peso da espada, condicionar padrões de conduta. Mas não forma nem inspira pessoas. E aí chegamos ao poema da nossa unidade nacional. Todo povo precisa de um grande bardo que cante o poder inconsciente da palavra, o dito que se inocula lenta e profundamente nas fibras do corpo e nas gavetas da alma; que consolide a magna afirmação de uma língua como suprema expressão de uma cultura; que exalte os grandes feitos do passado ou inspire as gerações vindouras para os grandes feitos do futuro; que comunique, enfim, a transcendência do verbo que eleva o homem, insuflando-o com contagioso manancial criativo que o impele para a ação; *for “poets are the voice and exposition of liberty”*.¹² Todo povo tem um (Homero, Vergílio, Dante, Camões, Shakespeare, Cervantes, Milton, Goethe, Victor Hugo, Walt Whitman, Fernanda Pessoa etc.). Mário de Andrade sabia bem dessa nossa

¹¹ ANDRADE, Mario de, in “Macunaíma – o herói sem nenhum caráter”, RJ, Nova Fronteira, 2013, p. 173.

¹² WHITMAN, Walt, in “Leaves of Grass”, the Original 1855 Edition, NY, Dover Publications, 2007, p. 12.

carência; que isso nos faltava ainda àquela altura, nos anos posteriores à proclamação da República; sabia que tal lacuna atravessava o nosso peito juvenil. Então ele cuidou de preencher esse vazio. E percebeu que “o brasileiro não tem caráter”.¹³ Mas, segundo ele, “o brasileiro não tem caráter porque não possui nem civilização própria, nem consciência tradicional”.¹⁴ O que ele buscava então era essa nossa “entidade psíquica permanente”.¹⁵ E onde foi encontrá-la?

O niilismo impregnava naquele tempo o ambiente da *intelligentsia* no mundo, sobretudo na Alemanha - a devoção intelectual do poeta (no poema, v.g., sol não é “o” sol, mas “a” sol, na forma de Vei,¹⁶ que assim era mais acadêmico e mais teutônico). A genial solução que lhe ocorreu consistiu, então, em tropicalizar esse cinismo e essa incredulidade diante da vida. De fato, se ela vale muito pouco, ou mesmo nada, se o tédio nos perpassa, se existência é decadência, e se no final o homem, que é feito de *humus*, retorna ao pó, gozemos, nós, então, *seres-para-a-morte*, como *sátiros-faunos-heróis-de-tanga* e desfrutemos desbragadamente da uva direto no cacho; não, não levemos nada a sério, nem percamos tempo nem engenho em erigir coisas inúteis; é vão perpetuar a civilização; “*ter de trabucar... Ai! Que preguiça!*”;¹⁷ não há nada a ser feito, “*por cá tudo são delícias e venturas...*”;¹⁸ o prazer será o nosso evangelho; brinquemos, pois, e nos refastelemos; e se precisarmos de algo, pois não se escapa ao reino da necessidade, esticaremos as mãos - a natureza é pródiga -, ou então pilharemos, arrebataremos e tomaremos... e se quebrarmos a promessa, é porque, vulneráveis, estávamos muito “tristinhos”;¹⁹ então seremos absolvidos, tudo terá sido em legítima defesa, não há pecado aqui do lado debaixo...

Assim Mário de Andrade, sem falsa modéstia, que não sabia “*ter humildades falsas*”,²⁰ cunhou com suas iniciais, no início e no fim, o nome do nosso herói: MAcunaíMA. O poema? O herói, qual um Dom Quixote mandrião, ou um mini Maquiavel dos trópicos, percorre o país, de norte a sul, atrás do amuleto perdido, sempre a “*brincar*” e a propagar traquinagens com muita erudição, maneirismo, misticismo, deboche e pedantismo; e, sobretudo, sem nenhuma responsabilidade. Assim o poeta propunha a sua revolução copernicana às avessas: a inversão da ética com a República da fraude e a moralidade do logro. Não que o brasileiro não tivesse caráter, ele deixa isso claro, mas que, doravante, como traço nacional, ele passasse efetivamente a não ter nenhum. Eis a nova estética oferecida ao mundo – afinal, “*a civilização européia esculhambava a inteireza do nosso caráter*”).²¹ Não confiar e não ser confiável, eis o princípio original da trama. A modernidade, nos trópicos, era

¹³ ANDRADE, Mario de, in “Macunaíma – o herói sem nenhum caráter”, RJ, Nova Fronteira, 2013, p. 217.

¹⁴ ANDRADE, Mario de, in “Macunaíma – o herói sem nenhum caráter”, RJ, Nova Fronteira, 2013, p. 217.

¹⁵ ANDRADE, Mario de, in “Macunaíma – o herói sem nenhum caráter”, RJ, Nova Fronteira, 2013, p. 217.

¹⁶ ANDRADE, Mario de, in “Macunaíma – o herói sem nenhum caráter”, RJ, Nova Fronteira, 2013, p. 88.

¹⁷ ANDRADE, Mario de, in “Macunaíma – o herói sem nenhum caráter”, RJ, Nova Fronteira, 2013, p. 51.

¹⁸ ANDRADE, Mario de, in “Macunaíma – o herói sem nenhum caráter”, RJ, Nova Fronteira, 2013, p. 108.

¹⁹ ANDRADE, Mario de, in “Macunaíma – o herói sem nenhum caráter”, RJ, Nova Fronteira, 2013, p. 91.

²⁰ ANDRADE, Mario de, in “Macunaíma – o herói sem nenhum caráter”, RJ, Nova Fronteira, 2013, p. 225.

²¹ ANDRADE, Mario de, in “Macunaíma – o herói sem nenhum caráter”, RJ, Nova Fronteira, 2013, p. 145.

ser malandro, brejeiro e malemolente; cumprir contratos é aborrecido; e agir de boa-fé, *démodé*. O escárnio-chinfrim, enfim, prevaleceria; e fez escola, fez literatura, fez música, fez cinema, fez novela; fez o delírio da *intelligentsia* tupiquinim. Mas Macunaíma não passa de uma criança mimada; o homem massa de Ortega y Gasset. Gozando de tudo, de todos os benefícios da ciência e da marcha civilizatória, podia dar-se ao luxo do nada, e até mesmo de desdenhar do que fora feito, erigindo sob as bases da inação seu enredo de vulgaridades que miram para trás e têm no passado sua meta.

Seja como for, tínhamos, agora, como povo, um fundamento literário; a República dos bacharéis – hoje a República dos *scholars*, que eles fizeram mestrado, doutorado e pós-doutorado... –, teria doravante um solo teórico onde pisar e elucubrar sob o signo do não-fazer e do desfazer... Mas nada é de graça, e alguém, no final do dia, teria que sustentar esse ócio destrutivo (“*peaceful sloth, not peace*”).²² A inação gera vácuos. Quem melhor então do que o próprio Estado para ocupá-los? O Estado, portanto, é o vácuo hipertrofiado da nossa inação. Então ele se tornou o pai generoso de Macunaíma. Então ele se tornou o próprio Macunaíma. O sortilégio da política, afinal, é o mesmo sortilégio da nossa literatura tropical: o de que o Estado faria melhor por cada um. E por essa avenida desfilaram, e ainda desfilam, na passarela da nossa história, farto *bouquet* de populistas de todos os gêneros e de todas as escolas. Não confiar e não ser confiável é cláusula pétrea não escrita das nossas cartas políticas: o Executivo paga quando quiser, e cumpre os contratos que firmou enquanto tiver interesse; quando não tiver mais, ele atropela, rescinde, encampa, até destrói de mão própria, e promove autos de fé de ofício, tudo em nome do interesse público – os exemplos, *mirabile dictu*, abundam ainda hoje, em pleno século XXI; o Legislativo legisla, para si, quando lhe aproveita, e mantém o Executivo enquanto lhe interessa – e, nessa novela repetitiva e enfadonha, quanto mais o país ficar parado, gravitando em torno das intrigas e especulações de bastidores de Brasília, melhor (melhor para eles, é claro); e o Judiciário, por sua vez, intervém sempre que lhe parecer bem, e muda a jurisprudência quando já estiver enfastiado da anterior, nem que ela tenha sido firmada há pouco tempo; afinal, há sempre um novo princípio acadêmico em ebulição (o último é o “da covid-19”) a cortar para qualquer lado que se queira apontar – e aí temos a nossa juristocracia. Nesse quadro, tudo é precário e improvisado; contratos são precários; promessas são precárias; as próprias leis são precárias; o caminho natural é judicializar tudo, de preferência nas vias coletivas e abstratas – há profusão de pontas-de-lança para tal; então tudo, uma vez consultados os místicos dados babilônicos da hermética hermenêutica, é (re)definido, *ex post facto*, na Justiça. E, se nada é seguro, nem certo, o grande negócio é ser autoridade, e jogar o jogo de vaidades do poder, ou aviar-se às autoridades, e orbitar em torno delas – e aí temos o nosso publicismo com suas arraigadas práticas patrimonialistas e mercantilistas, conjugadas com novas práticas mais modernas de poder *by allowance*. É claro que

²² MILTON, John, in “*Paradise Lost*”, SP, Editora 34, 2015, II, 227/228, p. 122.

nem isso é certo, mas ao menos nos alivia do labor de *sermos-por-nós-mesmos*, e nos conforta da nossa pusilanimidade existencial, e nos absolve da nossa autoindulgência. Na década de 60, Nelson Rodrigues bradava que havia ainda um Brasil inteiro por fazer. O que ele diria hoje, quando a roda da história parece ter girado para trás? Tudo somado, no entanto, embora o preço tenha sido o mais alto – o da liberdade –, a sociedade entendeu que valia a pena pagá-lo; e que por ele valia entregar tudo à Constituição. Um Brasil só e um herói só!

O homem revoltado, dizia Camus, diz não! Não aos arroubos de autoridade! E sim à liberdade consentida! Entre nós, esse grande sim à vida ainda precisa atravessar densas e espessas trevas de uma longa noite histórica. O reacionarismo do *establishment* – de qualquer período – é muito forte e muito hábil; e suas raízes são muito fundas, e capilarizadas, e entranhadas. O cachimbo já entortou muitas bocas – e esmagou a sociedade. Os sábios de Weimar não abrem mão da oficialidade do saber e de poder dizer o que é e o que não é e como deve ser. Falar do indivíduo é lançar-se a um linchamento moral acadêmico, que hoje ganha atualização na fórmula da “*uberização da vida*” – que se traduz, na prática, em: *nada fora do Estado, tudo pelo Estado, tudo para o Estado*. Mas, se é assim, que seja assim então – desde que seja uma legítima via de fuga aos sacerdotes e barões da República; sim, que seja uma via de escape burguesa, porque foi ela, no passado, que, com práticas espontâneas e com a rebeldia de querer ser livre, emancipou-se do jugo do sacerdócio e do baronato, e por isso foi anatemizada *ad saeculorum*, imprecada de simonia, e de tantos outros preconceitos que sobrevivem até hoje – o da propriedade é um deles. Porque a burguesia é a classe média, a atenuação da desigualdade. E ao poder não interessa que nada nem ninguém se interponha entre soberanos e vassalos; aqueles pretendem ensinar a estes a doce virtude de serem servos – que apenas devem piscar os olhos e agradecer. O próprio embrião de liberdade que nasceu com a proto democracia de Péricles na Grécia estava intimamente ligado ao caráter cosmopolita que o comércio marítimo propiciou a Atenas. Mas é claro que para filósofos espartanos seria o fim da República se não mais lhes coubesse a direção geral e intelectual da *paideia*.

O Brasil é rico; e o Brasil é pobre. A nossa miséria faz a riqueza do Estado. É bom que seja assim; é bom que nada mude; é bom que nada tenha mudado até agora. A Constituição de 1988, tão decantada, não foi, afinal, ruptura de nada. Ela é a suma consumação do passado. E o Inquérito das *Fake News* será a suma consumação, entre nós, da República de Platão, com a *debacle* do nosso frágil e incipiente Estado de Direito: contra *fake news*, prescreve-se uma *fake* democracia; contra a liberdade de opinião, a censura prévia. Essa a nossa democracia *à outrance*, com inquérito de ofício *ad hoc*, sigiloso, de objeto amplo, aberto, e impreciso, instaurado e conduzido por quem não investiga, mas julga, a partir de uma norma regimental “fundamental” – como se regimento interno, e não a Constituição Federal, pudesse dizer qual o papel, e quais os limites, do STF. Uma democracia na qual o direito de expressão não vale de baixo para cima, só de cima para baixo. *But “a nation can never*

abandon its fate to an authority it cannot control”,²³ nem que seja pelo exercício diuturno da crítica. A tirania, advertira Tocqueville, não precisa vir com armas nem trompetes; ela pode instalar-se suavemente, com a pátina de verborragias democráticas (“*better part remains to work in close design, by fraud or guile what force effected not (...) who overcomes by force, hath overcome but half...*”).²⁴ No fundo, o Inquérito das *Fake News* extrai sua pseudo legitimação da extravagância acadêmica de que cabe ao STF fazer Iluminismo público e de que a salvação virá pelo público. Mas os fins não justificam os meios. Se a raiz é podre, a maçã é podre, e a árvore inteira. E isso também assusta, a *Realpolitik* e o saldo do *principismo*: qualquer coisa pode ser qualquer coisa. O direito é o que o STF diz que é; a vida é o que o STF diz que é; e agora a democracia é o que o STF diz que é - e, por conseguinte, a liberdade, este terrível nome, alguém já disse, escrito na carruagem das tempestades.

Não obstante, e apesar dos pesares, ainda vale a pena apostar na fineza de trato, na cortesia de gestos e na inteligência de pensamento; ainda vale a pena acreditar nas letras, no estudo e na capacidade criativa do homem; ainda vale defender a superação do malandro pelo *gentleman*, aquele que, de um lado, se leva pouco a sério pois sabe que precisa evoluir a cada dia, mas que, de outro lado, leva muito a sério o outro, que dele depende e nele confiou; aquele que acredita na ética do trabalho, na força da palavra empenhada, na transcendência do cumprimento de promessas feitas e na satisfação de poder contribuir para a melhoria do bem estar geral; aquele que assume mais deveres do que reivindica direitos; aquele que, ao servir a todos, serve para o bem de si mesmo; aquele que sabe que o homem é o portento mais estranho da natureza, um frágil mistério que, embora inesgotável, vale a pena ser experimentado; e aquele que sabe que a vida, embora insondável e finita, e estendida sobre uma vale de lágrimas, se reinventa e recomeça na arte, e que por isso tudo vale a pena. É claro que essa figura soa algo absolutamente anacrônica e careta hoje em dia. Mas seus passos, embora lentos, são firmes; seus gestos, embora pequenos, são nobres; e sua força, embora o mundo exterior possa desabar e escarnecer sobre ele, é sua altivez, algo que ninguém pode tirar-lhe. É um caminho penoso, acre e duro, mas é um caminho seguro, porque cada passo avante é uma etapa superada que não retrocede mais. Um caminho, no entanto, que cada um deve seguir sozinho – e, assim, todos juntos, ao longo dele nos encontramos. “*Not I, not anyone else can travel that road for you... you must find out yourself... you must habit yourself to the dazzle of the light and of every moment of your life... we level that lift to pass and continue beyond ... the individual is as superb as a nation...*”.²⁵ O homem deixará pai e mãe (Mateus, 19, 5). E deixará o Estado também, ao que é dele, e seguirá, com o que é seu. Macunaíma é um argumento medíocre; medíocre, porque curto. Há quase cem anos, no entanto, é esticado para além da conta. A linha já está poída e esgarçada. Não somos

²³ LORD ACTON, John Emerich Edward Dalberg, in “The History of Freedom”, Oxford, Classics, 1907, p. 39 e 262.

²⁴ MILTON, John, in “Paradise Lost”, SP, Editora 34, 2015, II, 645/649, p. 90.

²⁵ WHITMAN, Walt, in “Leaves of Grass”, the Original 1855 Edition, NY, Dover Publications, 2007, pp. 20, 63 e 64.

Macunaíma; merecemos poesia melhor. Tampouco vítimas; somos cúmplices da nossa história e do quadro dessa normalidade estéril pendurado de cabeça para baixo.